

Resenhas

O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul

Luís Felipe de Alencastro

São Paulo: Companhia das Letras, 2000

Alencastro procura fazer em seu livro uma nova leitura dos séculos XVI e XVII de nossa formação. Sua principal tarefa será mostrar que o entendimento da gênese de nossa economia e sociedade passa necessariamente pelo estudo de todo império português, notadamente das relações no Atlântico Sul. Como diz, os desdobramentos relevantes à nossa formação não se restringem à delimitação de nosso território atual, mesmo porque tal configuração não fazia o menor sentido naquela época.

Dentro dessa nova postura, adquire maior relevância a relação Brasil — África no período, notadamente os circuitos existentes entre Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Luanda. Alencastro mostra em seu texto que todo sistema açucareiro brasileiro era fortemente dependente do fornecimento de africanos, com destaque para Angola. Até aí nada novo. A novidade de seu texto está justamente em ampliar a pesquisa referente ao tráfico negreiro, mostrando que esse não se resumia ao fornecimento puro e simples de mão-de-obra para nossas lavouras.

No aprofundamento desse estudo, Alencastro vai demonstrado a existência de um “todo sul Atlântico” que será em última análise o maior responsável pelas bases de nossa formação. Para defender essa idéia, o autor discute ao longo do livro aqueles que seriam os pilares desse sistema montado pela Coroa portuguesa para administrar e explorar seu império: feitorias africanas, tráfico negreiro, açúcar brasileiro, liberdade dos índios do Brasil e jesuítas.

Ao longo do texto, vemos como essas peças vão se articulando para o funcionamento do sis-

tema. Os negros comprados dos nativos na África são vendidos ao Brasil, gerando rendas para os capitais lusos e brasílicos e tributos para a Coroa portuguesa. O controle sobre a mão-de-obra dá maior força aos portugueses sobre os produtores de açúcar. A igreja sanciona o negócio que amplia a fé católica e também lucra com as taxas de batismo e outros ritos. O tráfico permite ainda aos capitalistas lusos, através dos Asientos, penetrar nas colônias espanholas praticando vasto contrabando — com destaque ao comércio da prata na rota Luanda, Rio de Janeiro e Buenos Aires.

Além dessa análise conceitual, Alencastro procura demonstrar a partir de alguns fatos a importância do esquema sul atlântico para o entendimento de nossa formação. Destacam-se aí as guerras travadas na conquista e reconquista de Angola no período das invasões holandesas no Brasil. Em 1641, Maurício de Nassau decide tomar Luanda em vez de atacar Salvador. Estava claro para o líder dos holandeses que sem o braço africano, o sistema açucareiro não poderia funcionar. Em 1648, a expedição mista de portugueses e brasílicos toma Luanda de volta dos holandeses. Apesar da presença de frotas da Holanda em nosso litoral, lança-se uma expedição — liderada por Salvador de Sá e praticamente montada no Rio de Janeiro — para reconquistar a fonte de suprimento de mão-de-obra de nossa economia.

Essencial também ao entendimento do desenho que se formava aqui à época de nossa formação é a análise das condições de navegação de então, mais especificamente do papel do anticiclone de Capricórnio. Este, “estacionado no Oceano en-

tre 15 e 20 graus de latitude sul”, reduzia consideravelmente as distâncias entre os enclaves litorâneos brasileiros e a costa africana, privilegiando a troca de vários produtos. Na rota negreira transitavam, além de escravos, alguns produtos do Brasil que acabariam por formar um eixo bipolar de comércio. Dentre estes se destacam a mandioca, as conchas ou moeda zimbo e a cachaça ou jeribita do Brasil. Alencastro apresenta várias evidências do peso dessas mercadorias na troca por escravos negros.

Essa leitura de nossa história traz luz a uma série de eventos de nossa formação. A dizimação indígena, o povoamento dos sertões e o avanço da pecuária bovina, a mestiçagem, entre outras. Dentre todas, talvez a mais importante seja a contribuição ao entendimento da configuração econômica e territorial que se apresentava aqui à época. Salvador, Recife e Rio de Janeiro formavam aquilo que conhecíamos como Brasil. São Paulo e os bandeirantes constituíam um universo a parte. Voltados para o interior e na busca de índios, iam na contramão de todo sistema sul atlântico. A chama-

da “Bandeira dos Limites” — que iria definir os contornos de nossa borda oeste — liderada por Raposo Tavares com início em 1648, mesmo ano da expedição que parte para reconquistar Angola, ilustra a alienação paulista. Amazonas e Pará, apesar de distantes, se aproximam mais de São Paulo do que de Recife e Salvador. Ao não se encaixar nas redes sul atlânticas — açúcar, negros e comércio com Angola — ficavam também fora do sistema colonial trazendo inclusive grandes problemas à administração portuguesa.

Com a descoberta do ouro, alguns dos detalhes dessa configuração ficam encobertos ou esquecidos. Essa nova leitura do século XVII é, portanto, essencial para o entendimento do século XIX. Alencastro argumenta já no final de seu livro que não é possível entender a sequência de eventos dos 1800 sem este novo pano fundo dos 1600.

Paulo Gala

Mestrando em Economia de Empresas —
Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo: os Desafios do Século XXI

Antonio Barros de Casto e outros

Rio de Janeiro: Campus, 1999, 334 p.

Quais são os principais desafios para a indústria numa fase de financeirização e globalização? Essas são as questões centrais presentes nesta oportuna coletânea que traz a contribuição de especialistas nacionais e internacionais, a partir de um simpósio realizado em Brasília pela CNI — Confederação Nacional da Indústria.

O primeiro aspecto que chama atenção é a diversidade de análises de economistas e sociólogos das mais variadas correntes teóricas e especializações como Antonio Barros de Castro, Antonio Delfim Neto, Arthur Barrionuevo, Celso Lafer, David Landes, Eduardo Gianetti, Fernando Henrique Cardoso, José Pastore, Leôncio Martins e Regis Bonelli, além de empresários como Décio da Silva (WEG), Fernando Bezerra e Jorge Gerdau, para destacar alguns que, entre muitos outros, expõem com maestria seus pontos de vista a partir da agenda proposta. O fato de trazer tão vasta e qualificada análise sobre a questão já justificaria por si só a contribuição relevante da obra. Mas o seu mérito não para aí.

Organizada em seis partes, que compõem dezenove capítulos, a questão do desenvolvimento

industrial do Brasil e de outros países é analisada sob os mais variados aspectos, tendo como pano de fundo as transformações advindas da nova dinâmica da economia globalizada, sob a égide da qual, nas últimas décadas, passou a prevalecer a hegemonia das finanças.

À partir de uma agenda ampla, as seis partes compõem um conjunto de abordagens complementares entre si: *Como as nações se desenvolvem?*, *Por que a indústria é importante?*, *O que é a questão tecnológica para a indústria?*, *Qual é a nova empresa que está surgindo?*, *A organização do trabalho e o novo trabalhador* e *Política Industrial em um mundo global: restrições e possibilidades*.

Uma das principais características dessa nova fase da economia globalizada é o crescimento da internacionalização da economia. A expansão global dos investimentos diretos estrangeiros tem feito com que o papel das empresas transnacionais na economia mundial seja crescente. Estima-se que cerca de um terço da produção mundial seja de responsabilidade dessas empresas, que respondem também por cerca de 60% das exportações mundiais, sendo que a metade dessa parcela correspon-

da a transações intra-firma, ou seja, entre matrizes e filiais, ou entre filiais de vários países.

Conforme o *World Investment Report*, da Unctad, essas corporações, das quais 40 mil matrizes com 250 mil filiais em todo o mundo, geraram transações diretas da ordem de US\$ 14 trilhões (1999). A expansão internacional das empresas tem impulsionado os investimentos diretos estrangeiros, que crescem em proporções sem precedentes na história econômica mundial.

Saindo de um patamar pouco superior a US\$ 50 bilhões em 1985, o volume de investimento direto estrangeiro global atingiu US\$ 200 bilhões no início da década de noventa e, mantendo crescimento contínuo ao longo dos demais anos, chegou a US\$ 800 bilhões em 1999. Dados preliminares para o ano 2000 apontam para um nível superior a US\$ 1 trilhão.

Outro fenômeno diretamente associado a esse processo é o movimento de fusões e aquisições de empresas, que tem crescido muito nos últimos anos. Os efeitos da globalização da economia, o acirramento da competitividade e maior exigência dos mercados têm imposto às empresas, novos desafios e transformações que, muitas vezes, não conseguem realizar individualmente.

Nas últimas duas décadas, a liquidez do mercado financeiro internacional e a expansão capitalista têm implicado uma procura crescente de novos mercados por parte das empresas dos países centrais, fazendo aumentar o interesse dos investimentos destinados aos países em desenvolvimento.

Isso tem feito crescer a parcela dos países em desenvolvimento no montante global de recursos. O Brasil, que estivera ausente do mapa de investimentos externos ao longo da “década perdida” nos anos oitenta, entrou na rota dos investimentos diretos estrangeiros nos noventa, especialmente depois da implantação do Plano Real. A queda da inflação, que era a última resistência dos investidores ao mercado brasileiro, veio consolidar o cenário receptivo às novas inversões, definido anteriormente pela abertura comercial, a redução das restrições de atuação setorial, como informática, por exemplo, e a renegociação da dívida externa.

Mais tarde, as privatizações e o *boom* das fusões e aquisições também foram determinantes, assim como a emergência do Mercosul. Essa combinação de fatores e a extraordinária expansão do fluxo internacional de capitais fizeram com que o montante destinado ao Brasil crescesse de pouco mais de US\$ 1 bilhão ao ano, no início da década, para US\$ 30 bilhões recebidos na média de 1998-2000. Em 2000, o Brasil foi pelo quinto ano consecutivo, o segundo país em desenvolvimento

que mais recebeu ingressos de investimentos diretos estrangeiros, logo depois da China.

A exemplo do que ocorre no cenário internacional, na economia brasileira o processo de fusões e aquisições tem crescido muito nos últimos anos, tanto envolvendo transações nacionais como internacionais. Esse é um movimento que incorporara cada vez mais setores industriais, comerciais e de serviços. Às transformações da economia mundial se somam as dificuldades competitivas específicas da economia brasileira, o que limita a capitalização e expansão das empresas.

Além dos aspectos microeconômicos da questão, este é um movimento que representa, para a economia mundial e os Estados Nacionais, um enorme desafio no tocante à coordenação das políticas econômicas e a defesa da concorrência, o que torna importantíssimo o papel regulatório do Estado, de forma a articular as estratégias de desenvolvimento, assim como preservar as condições de competitividade no mercado e evitar as distorções potenciais do processo. Por outro lado, a crescente desnacionalização de empresas precisa ser compatibilizada com um aumento da capacidade de geração de divisas, de maneira a evitar o desequilíbrio estrutural do Balanço de Pagamentos.

Aos compromissos de remessas para remuneração dos investimentos se somam as remessas de juros, as despesas com fretes, seguros e viagens internacionais, que pressionam o déficit da balança de serviços e seu impacto na conta de transações correntes do Balanço de Pagamentos.

A esse fator de mudança estrutural, ressalte-se que a abertura comercial no Brasil não foi acompanhada de mudanças sistêmicas que proporcionassem aos produtores locais condições de competitividade compatíveis com os concorrentes internacionais. Como se não bastasse essa distorção, a taxa de câmbio se manteve artificialmente valorizada ao longo do período de 1994 a 1998, o que fez com que houvesse uma significativa deterioração do saldo da balança comercial, que de um superávit superior a US\$ 10 bilhões em 1994, transformou-se em um déficit que chegou a US\$ 8 bilhões em 1997.

Adicionalmente, convém destacar que a ausência de um projeto nacional articulado de desenvolvimento de longo prazo, contemplando a adequada utilização das políticas públicas como instrumento de inserção ativa no mercado globalizado fragilizou a posição da indústria e tende a ampliar crescentemente os riscos da vulnerabilidade externa da economia brasileira.

É nesse sentido que o livro organizado pela

CNI apresenta uma importante discussão sobre o papel da indústria no novo cenário internacional e doméstico. Mais do que isso, o trabalho se mostra igualmente imprescindível para aqueles que se interessam pela discussão das grandes transformações na dinâmica econômica global e seus impactos.

Lendo o trabalho me lembrei da assertiva de que, diante do quadro atual, de tão rápidas transformações, incertezas e desafios, só há duas cate-

gorias de analistas (muito provavelmente excluídos entre si): os perplexos e os desinformados!

Ao primeiro grupo filiam-se, é claro, os autores da coletânea em questão.

Antônio Corrêa de Lacerda

Professor do Departamento de Economia da PUC-SP e Presidente da Sobeet (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica)

Brazil's Second Chance: En Route toward the First World.

Lincoln Gordon

Washington DC: Brooking Institution Press. 2001. 243pp.

Ambassador Lincoln Gordon's book *Brazil's Second Chance: En Route toward the First World* sets forth to answer a critical question: can Brazil reach the political and economic consensus necessary to implement the policies that will fulfill its two century-long aspirations to attain first world status? To Gordon, a former Harvard University professor, past president of Johns Hopkins University and the former US ambassador to Brazil from 1961 to 1966 (the ambassador who presided the 1964 "coup d'état") the answer depends on whether Brazil can satisfy three criterion: 1) a politically stable pluralist democracy; 2) a domestic economic situation in which well developed industrial and service sectors, together with urbanization, provide income levels and social safety net coverage equivalent to standards found in OECD countries; and, 3) a regime that maintains openness to foreign trade and investment.

For Gordon, the year 1964 was the turning point in Brazilian history, the year Brazil missed its chance to reach first world status. By undertaking an assessment of the nation's development in the last half-century, the author seeks to shed light on what contributed to the missed opportunity. Brazil's inability to achieve development was based on its failure on all three criteria. Politically, the nation suffered from more than 20 years of dictatorship. On the domestic front, policymakers were unable to overcome chronic inflation, verging on hyperinflation, and extreme inequality in the distribution of incomes and wealth. In the external front the country turned inwards stressing an import substitution industrialization strategy.

But one does question whether the country was as close to attaining first world status in 1964

as Gordon believes? The per capita income, for example, was much lower in comparative terms to the after "miracle" years of 1968-73 when the growth rate averaged 11.2% as compared to a mere 6.4% per annum during the 6 years preceding the first lost chance. Likewise the political criterion is questionable. Other newly developed countries, in particular South Korea, which is often considered to be a country that succeeded in reaching first world status was not a democracy until 1993. Indeed, Ambassador Gordon never clearly explains why democratic regimes, as opposed to dictatorial ones, are better to reach first world status. And, he does not explain why Brazil has not effectively addressed the issues of poverty, illiteracy, corruption and the forever increasing income concentration in the Brazilian authoritarian or democratic administrations.

In *Brazil's Second Chance*, the nation's development trajectory is analyzed by examining the three Brazilian recent historical phases — Kubitschek's administration from 1955 to 1960, the military regime from 1964 until 1985, and the post-1985 civilian phase with emphasis on the Real Plan era — an era of more liberalization, more privatization, more stabilization but with stumbling economic growth. In a concise, but comprehensive, volume Gordon achieves an interesting summary of the main political, economic and social challenges faced by a large developing country attempting to catch up the already developed economies of the OECD.

Under Getúlio Vargas, Brazil's economy entered the process of industrialization in the 1930s. However, it was only in the 1950s under the leadership of President Juscelino Kubitschek that this

process really took off. With a well-designed plan and an strategy that welcomed foreign direct investments Brazil seemed to be on a fast track toward first world status. President Kubitschek's program "Fifty Years in Five" led to an annual growth rate of 9% from 1957 to 1962. Among other sectors, the auto industry grew at a high rate and many factories were installed in Brazil's already largest city and consumer market, the city of Sao Paulo and its metropolitan area. Those optimistic and prosperous years became unforgettable to Brazilians in particular and for the world in general. Soccer became a national passion with Brazil winning its first world cup in 1958 and the capital of the country was transferred to the newly built city of Brasilia — an icon of the modern architecture and at that time symbol of the Brazil's optimism.

Notwithstanding the economic progress achieved in the prior decade, the beginning of the 60's was turbulent. Despite peaceful elections and the impression of broad-based support for the administration of the Janio Quadros, his unexpected resignation, few months after his inauguration, triggered a crisis. The military did not approve Vice-President João Goulart, and even orchestrated an attempt to prevent him from even taking office. Episodes such as the triumph of the Cuban revolution increased the US government's fear that Latin America would quickly become a bastion of communism. Brazil, under left-leaning President Goulart's administration, was among those being closely watched. Eventually Goulart was ousted by a military coup d'état in 1964 and a twenty-one year period of dictatorship ensued.

Professor Gordon points that Brazil's "first chance" toward the first world failed in 1964 after the early resignation of Janio Quadros and the ill-fated presidency of Goulart. In spite of the fast-paced industrialization process implemented in 1950s, little was done with respect to developing the nation's human capital in the following decades. Significant investments in education and public health were never a priority to the military governments, and the reforms that were implemented, such as the much-criticized MEC/USAID — Ministry of Education and the United States Agency for International Development reform was ineffectual. Meanwhile, policymakers within the military government aggressively advocated the continuation of the industrial strategy based on import substitution where state companies would play a predominant role. At the time, these officials who are quoted by Gordon, believed that not importing expensive capital goods and exporting traditional commodities such as coffee, sugar, cotton and ca-

cao could avoid the constraints on the balance of payments.

The strong presence of US political and economic interests in many Latin American countries and their involvement in seeking to alter the region's political map is rejected by Gordon, who staunchly denies any involvement of the US government in the 1964 overthrow of President Goulart. He also does not believe that the CIA was engaged in an undercover operation like the one that happened in Chile in 1973. He does acknowledge however that a naval task force consisting of an aircraft carrier and escorting destroyers left the Caribbean for the Brazilian coast on March 31, 1964. Gordon acknowledges that this operation was organized based on his recommendation to the US government. That it would be necessary to have a contingency plan in case that a civil war developed in Brazil. Gordon stipulates that the US government reassigned the battalion based on the premise that the forces would solely be used to evacuate Americans in the region. Gordon credits the entirety of the deposition of President Goulart to the Brazilian military.

In subsequent chapters, Lincoln Gordon describes the political and economic episodes of the 70's, 80's and 90's that similarly challenged Brazil's trajectory. After providing an encompassing overview of the structural changes under the military republic and the incomplete transformations of the economic and social structures, Gordon addresses the social dimensions of the Brazilian efforts to become a first world member. Gordon effectively underscores that neither military nor democratically elected governments have prioritized policies aimed at achieving more equitable income distribution, completing land reform, poverty reduction measures including investments in education and health care. Reflecting on these issues the author dismisses them, arguing that "the key to large-scale transformation, however, is job-creating overall economic growth and price stability, combined with radical improvements in education at all levels, suited to a modern economy. The watchwords must be persistence and patience".

But as the successive years of inflation throughout the 80's and 90's indicate, persistence and patience have long been essential for enduring Brazil's crises. These lost decades were the result of a long chain of events and mismanaged policies including: rise in the world interest rates because of anti-inflationary policies in US, slowdown in worldwide rates of growth, declines in primary commodity prices, defaults of debt payments by Mexico in 1982 and the subsequent sharp reduc-

tion in foreign bank lending to the rest of Latin America, including Brazil. For Brazil, the challenges of stabilizing chronic inflation were particularly unique given the accompanying challenge of a transition from military to civilian regimes.

The Cruzado Plan launched in 1986 by President Sarney represented then Brazil's most ambitious move to eliminate hyperinflation. Prices and salaries were frozen overnight. The plan had a successful start with inflation dropping from 450 percent to single digits in the first months, but the joy did not last long and the Cruzado failed before it completed its first anniversary. By January 1987, inflation was once again averaging 40 percent per month. Once more, Brazilians watched powerlessly as inflation coexisted alongside a series of economic experiments throughout the next nine years while annual inflation rates ranged from 1,300 to 2,600 percent and the population's mood, between one economic plan and other, alternated between euphoria and despair.

After the failure of the "Bresser", "Summer" and "Rice and Beans" plans, the newly inaugurated President Collor applied a heterodox program to eradicate hyperinflation in 1990. The Collor plan froze two-thirds of the economy's liquid assets including personal savings and bank accounts for 18 months, as well as salaries and prices. The Collor Plan failed, and along with corruption scandals, would eventually lead to Collor's impeachment two years later. The new Itamar Franco's administration prepared the Real Plan, and tamed the inflation in 1994. Brazil's most voracious enemy for decades was finally subdued. Nevertheless, the economic stabilization Real Plan did not address vexing problems such as poverty and regional disparities inside and between northern and southern states. Another troubling feature is that the Real Plan accentuated Brazil's fiscal indiscipline, as the government could not count on high inflation to erode a chunk of its expenditures.

Professor Gordon considers macroeconomic stability and fiscal discipline as the basic pillars for economic development. However, he points that in order to gain advanced development, Brazil should also pursue political reform and greater integration into the world economy. Indeed, Brazil has become further integrated in the 50s as well as in the 90s. Brazil's progress in the 1990s definitely increased

the world arena's attention to it as a promising major player regionally. Brazil has entered into a free trade agreement with neighboring Argentina, Uruguay and Paraguay. But, as Gordon effectively notes, integration and dependence also pose risks for Brazil. For example, Gordon cites the differences in monetary regimes adopted by Brazil and Argentina as threats to the future of the Mercosur. Nevertheless, Gordon advocates that Brazil begin negotiations with the US in order to consolidate its entry in the Free Trade of the Americas Agreement, an agreement whose details have yet to be accorded by most government in the region.

Gordon concludes his historical analysis by identifying four key policy challenges that Brazil must address in order to attain development and first world status: consolidation of macroeconomic stability, poverty reduction, active engagement in the global economy, and political reform. The criteria established by Gordon to be a first world country are established ex-post and the policy prescriptions beg the question "what came first, the chicken or the egg?" or more precisely, "are these policy prescriptions necessary and sufficient conditions to ensure economic growth and development?"

Brazil's Second Chance is without any doubt one of the most interesting books published on Brazil's contemporary history. Lincoln Gordon's style and language are clear and easily catch the reader's attention. The book is written with an exciting combination of history, economics and politics and the author's role as an insider and at times outsider provides the reader with a unique insight into this compelling half-century of Brazilian history. Gordon's book is definitely worthwhile for both old and new generations. For older generations, namely those who opposed military role, the book tests one's ability to be able to analyze the author's compelling assessment without being biased by his controversial role as US ambassador of the coup d'état. For the new generations, the book is an invitation to revisit Rostow's and Kuznets's theories of development, of which Gordon's analysis is premised.

Gilmar Masiero

State University of Paraná at Maringá and
Visiting Scholar at David Rockefeller Center for
Latin American Studies, Harvard University

A Economia como Ela É...

Paulo Nogueira Batista Jr.

São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

O livro *como ele é...* O título da coletânea é uma alusão à série de contos *A vida como ela é...*, de Nelson Rodrigues (o segundo autor mais citado no livro e fonte de inspiração de muitos artigos nele incluídos, o primeiro, mas por razões diversas, é o presidente Fernando H. Cardoso).

Parte preponderante do livro é formada por ensaios, *papers* acadêmicos e conferências, sobre a Economia Brasileira (Plano Real, Política Cambial, Finanças Públicas, Banco Central e Crise Bancária no Brasil, Dívida Externa e Movimentos de Capital, Desnacionalização); sobre a “Globalização” e seus “Mitos”, sobre a Argentina e o Mercosul, sobre a Dolarização, sobre o Quadro Mundial, e sobre Personalidades da Cena Nacional, mas com a vantagem de serem quase sempre acessíveis a leigos e não-economistas, pois o Autor tem uma característica um pouco rara entre nós economistas — e isso deveria ser sempre um elogio — : escreve muito bem. Com exceção de um estudo sobre a questão tributária, que é inédito, as conferências e ensaios apareceram anteriormente em revistas e outras publicações acadêmicas. Mas esses textos em sua maioria foram atualizados e parcialmente reescritos para o livro. Já os artigos de jornal são quase todos da coluna semanal (quintas feiras) mantida pelo autor na *Folha de S. Paulo*. Assim, os textos reunidos no livro são bastante heterogêneos quanto à forma, ao tom e ao conteúdo. Vão desde embates jornalísticos, permeados de sarcasmo e ironia, até a linguagem “sóbria e contida” do ensaio. Tratam de temas muito variados, da macroeconomia à política, do contexto internacional a personalidades da vida brasileira, do futebol às crises financeiras dos anos 90.

O autor como ele é: Paulo Nogueira Batista Jr. formou-se em Economia pela PUC/RJ, e obteve seu Mestrado na London School of Economics and Political Science. Trabalhou no Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional do Instituto Brasileiro de Economia — IBRE da FGV de 1979 a 1989, chefiando este Centro entre 1986 e 1989. Foi Professor da PUC/RJ e desde de 1989 é Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Iniciou sua participação na vida pública em 1985 como Secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento. Posteriormente foi

Assessor Especial do Ministro da Fazenda para Assuntos da Dívida Externa (gestão Funaro) tendo sido um dos principais artífices da Moratória então anunciada. Foi ainda um dos mais importantes assessores econômicos do Partido dos Trabalhadores, por ocasião da última campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

Num país em que os economistas escrevem tão pouco, publicou, como autor ou co-autor, mais de dez livros, dentre os quais destacamos: *Mito e Realidade na Dívida Externa Brasileira, Da Crise Internacional à Moratória Brasileira, e A Luta pela Sobrevivência da Moeda Nacional e A Economia Como Ela É*, objeto desta resenha. Na adolescência, o seu interesse principal era a Filosofia. Hesitou bastante entre estudar Economia e Filosofia e acabou preferindo estudar Economia por razões pragmáticas. Tinha receio que o estudo de Filosofia não lhe fosse dar condições de sobrevivência a longo prazo. Seu pai, Paulo Nogueira Batista (já falecido), um dos mais importantes diplomatas da história do Itamaraty, não tinha formação em Economia, pois estudou Direito e fez mestrado em Ciência Política, mas sempre foi um diplomata voltado para questões econômicas. Então, em sua casa, desde cedo, debates sobre questões econômicas, políticas, nacionais e internacionais, sempre foram muito presente. Paulo Nogueira Batista Jr. tem também, desde jovem, muito interesse por História pois logo percebeu que na História as questões econômicas tinham um peso muito forte. Paulo Nogueira Jr. ao contrário da maioria dos economistas de sua geração, fez sua pós graduação na Europa pois tinha uma percepção, que ainda acha válida, de que seria mais interessante estudar na Europa do que nos Estados Unidos, pois o contexto intelectual europeu era mais rico que o americano, e que seria uma experiência intelectualmente mais interessante estudar em uma universidade inglesa do que em uma americana. Na London School foi aluno de Mark Blaug, professor de História do Pensamento Econômico, que também tem obras interessantes sobre Metodologia da Economia, bem como de Lionel Robins (em seus últimos cursos).

Mesmo não tendo sido seu aluno, dentre os economistas brasileiros, o que mais lhe influenciou foi Celso Furtado, a quem Paulo Nogueira considerava o economista brasileiro com a contribuição

mais significativa. Outra influência que deve ser mencionada e que também não foi formalmente seu professor, mas com quem Nogueira Batista Jr. trabalhou no IBRE, foi Octávio Gouvêa de Bulhões, Ministro da Fazenda no governo Castello Branco, uma pessoa que o ajudou muito em seu interesse por Economia. De suas leituras em Economia, devem ser destacada as leituras (e releituras) de Keynes, não só o Keynes da Teoria Geral, mas também e principalmente o Keynes pouco lido pelos economistas brasileiros, o do *Collected Writings* (a respeito, escreveu um trabalho sobre o papel do Keynes no debate da estabilização do marco alemão). Não erraríamos em dizer que Keynes é a sua principal referência teórica.

Desde sua experiência no IBRE, Paulo Nogueira é fundamentalmente um economista de pesquisa. Apesar de ser um exímio professor, nunca deu na sua vida mais que um curso por semestre, e em muitos períodos, optou por não dar aula para sobrar mais tempo para a pesquisa e, nelas, o interesse dominante é por questões de política econômica. O debate sobre estabilização na América Latina, nos anos 80 e 90, teve muito a ganhar, com as suas análises das estabilizações clássicas, a partir de suas referidas releituras de Keynes do *The Monetary Reform* e especialmente, do *Treatise on Money* e de suas outras obras intermediárias, lançando uma luz enorme sobre a estabilização mo-

netária mais recente na América Latina, especialmente nos casos argentino e brasileiro. Vou plagiar o autor, com o intuito de melhor defini-lo, pois “quem o conhece e pensa nele (Paulo Nogueira Jr.) pode-se lembrar da advertência de Nietzsche: evitem as biografias com o refrão “fulano de tal e sua época” e procurem aquelas em cujo fronsispício possa figurar “um lutador contra o seu tempo”. “Os homens que valem realmente a pena”, dizia Nietzsche, “são os que atuam contra o seu tempo”. Uma das linhas-mestras do pensamento de Paulo Nogueira Bastista Jr. é, como se sabe, o nacionalismo. Nesses tempos de “globalização” e de “entreguismo”, Paulo Nogueira é, aos olhos de muitos dos economistas brasileiros, uma figura solitária e ultrapassada, assim como Barbosa Lima Sobrinho, “um naufrago da época em que o Brasil sonhava em comandar sua própria história”. Paulo Nogueira é, antes de mais nada, um economista que ama o seu País e, gostemos ou não de suas idéias, é um dos mais importantes economistas do Brasil. Seu livro, portanto, é de leitura obrigatória.

José Marcio Rego

Professor de Metodologia da Economia
do Curso de Mestrado em Economia da FGV-SP
e de Economia Brasileira dos Cursos de
Graduação da PUC-SP